

Inclusão: direito de todos

Ana Lucia Carvalho Santos Oliveira

Graduação em pedagogia e especialização em supervisão escolar pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA) - CE.
E-mail: analuciaejosi@hotmail.com

Resumo

A educação inclusiva, tema que tem motivado inúmeras e interessantes discussões, diz respeito à educação de boa qualidade para todos. Este artigo traz como tema central Inclusão: direito de todos, e objetiva o estudo e a análise das representações sociais. O que diz a lei e que de fato percebe-se nas escolas leva a refletir a prática em sala de aula com um novo olhar, sensível às necessidades e diferenças de cada um, respeitando os limites e as possibilidades de crescimento individual e grupal de todo cidadão. Relata desafios de uma experiência vivida em sala de aula com alunos portadores de necessidades especiais, destacando os desafios e a conquista adquirida pelo educador em busca de melhoramento e desempenho para novos desafios.

Palavras-chave

Inclusão. Direito de todos. Educação. Experiência.

Inclusion: everybody's right

Abstract

The inclusive education, subject that has motivated innumerable and interesting quarrels, says respect to the education of good quality for all. This article has as central subject "Inclusion: right of all" objective the study and analyzes it of the social representations. What it says the law what in fact we see in the schools, that in take them to reflect practice it in classroom with a new to look at, sensible the necessities and differences of each one, respecting the limits and the possibilities of individual and group growth of all citizen. It tells challenges of an experience lived in classroom with carrying pupils of necessities special, detaching the challenges and the conquest acquired for the educator in improvement search and performance for giving to it with the new challenge.

Keywords

Inclusion. Right of all. Education. Experience.

INTRODUÇÃO

O programa de educação inclusiva tem como objetivo tornar a educação acessível para todo cidadão e, com isso, atender às exigências de sociedade que vem combatendo preconceitos e a discriminação. A inclusão consiste em ampla ação sobretudo em países onde há diferenças muito grande, pois propõe uma educação de qualidade para todos.

Quando se fala em inclusão, o sentido é muito intenso, não se limita somente à escola, mas refere-se a toda área que uma pessoa ocupa, seja escolar, profissional, pessoal ou social. Nos últimos anos, a inclusão de deficientes no mercado de trabalho tornou-se realidade graças à lei federal 8. 213/91, que determina a obrigatoriedade de reserva de vagas para deficientes conforme o número de empregados.

Com a obrigatoriedade dessa lei, toma-se consciência de que devemos incluir todos, independentemente de raça, cor, etnia. Cabe ao país promover a inclusão social de pessoas com deficiência, construindo soluções e serviços para ampliar o exercício da cidadania.

A escola é um segmento da sociedade. Assim sendo, todos têm um forte compromisso com esta sociedade.

Referindo-se a essa questão, Dalmas (1999, p. 28) sublinha:

A escola está compromissada com a continuidade das relações de dominação e exploração vigentes, alimentando, constantemente, a pressão e a injustiça.

Para que haja a inclusão social para todos, é preciso mudar a forma de pensar e agir, é preciso respeitar o outro como ele é, respeitar as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada ser.

Para a inclusão educacional ter resultados positivos, um dos pré-requisitos é, principalmente, preparar a escola, o educador e o educando para receber os alunos com necessidades especiais. O trabalho de inclusão educacional é um desafio, não é um trabalho isolado do educador, mas um trabalho de toda a

sociedade ou comunidade envolvida em melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Como educadores, deveríamos ser impelidos a uma análise cotidiana e sistemática da prática educativa pautada no respeito e no sentido de favorecer a aprendizagem de todos os educandos, independentemente da natureza e complexidade de suas dificuldades.

A educação tem, por lei e direito, de garantir e favorecer o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade para todos. O direito à educação é assegurado aos brasileiros pela Constituição Federal.

O Decreto nº. 6215, de 26 de setembro de 2007, “estabelece o compromisso pela inclusão das pessoas com deficiência (...)”.

No art. 2º. O governo federal, atuando diretamente ou em regime de cooperação com os demais entes federais e entidade que se vincularem ao compromisso observará, na formulação e implementação das ações para a inclusão das pessoas com deficiência, as seguintes diretrizes:

IV – tornar as escolas e seu entorno acessíveis, de maneira a possibilitar a plena participação das pessoas com deficiência.

VI – garantir que as escolas tenham salas de recursos multifuncionais, de maneira a possibilitar o acesso de alunos com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

Se o governo federal assegura o direito aos alunos com necessidades especiais de frequentar uma escola regular, por que algumas escolas particulares e públicas não respeitam essa decisão? São frequentes as queixas de pais com filhos com necessidades especiais, já que muitas escolas não recebem essas crianças e dizem que não têm condições de trabalhar de forma diferenciada.

Ignorar o outro é um ato de covardia. Segundo Paulo Freire (2003, p.32), “é preciso que quem saiba saiba sobre tudo, e que ninguém tudo ignore”.

A lei é clara e diz que todos têm direito à educação. É revoltante o preconceito que essas crianças sofrem.

Como professora de uma escola particular em João Pessoa, recebi dois alunos com necessidades especiais, fiquei um pouco apreensiva de início, mas os atendi

com muito carinho. Passei a conversar com os pais deles e me inteirei das dificuldades de cada um. Percebi que deveria pesquisar para saber como trabalhar com eles.

Foi uma batalha, não me acomodei, busquei informações, fiz curso de aperfeiçoamento, li bastante e muitas vezes chorei, porque não tinha certeza se iria conseguir caminhar junto com “minhas crianças”. Em minhas pesquisas descobri que a lei nº. 9394/96, no art. 59, afirma que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organizações específicas para atender as suas necessidades.

- professores com especialização em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses alunos nas classes comuns.

Comecei a lutar contra preconceitos na sala de aula, envolvendo todos os alunos para que os dois especiais sentissem que podiam confiar na sua professora. Li, refleti sobre a lei que fala sobre currículo. Currículo é tudo que a escola faz. É um plano pedagógico e, como todo plano, pode ser revisto, modificado e adaptado. Os alunos especiais precisam de uma metodologia voltada para suas necessidades.

A escola é uma instituição que tem por finalidade ensinar bem à totalidade dos alunos que a procuram.

Nessa batalha, descobri que não estava só. A direção da escola nos proporcionou curso de capacitação e investiu em nosso aperfeiçoamento.

Incluir uma criança com necessidades especiais na escola regular significa proporcionar aos alunos e ao professor o aprendizado de conviver com a diversidade.

As escolas públicas deveriam se engajar mais nessa luta contra o preconceito, sair do comodismo e cobrar mais das autoridades.

Em busca de nos especializarmos, fizemos um curso com a pedagoga e diretora de uma escola do Recife para alunos com necessidades especiais, Rejane Maia. Foi gratificante a aprendizagem no decorrer do curso – “Pedagogia inclusiva: contribuição a uma nova prática em sala de aula”. Tivemos a oportunidade de tirar dúvidas, que eram muitas. Tivemos acesso a uma

gama de informações que nos ajudou no dia-a-dia e fomos incentivados a não desistir da luta, porque somos um, mesmo sendo diferentes. Como bem expressa Guimarães Rosa, na obra *Grande Sertão: Veredas*.

O senhor... mire e veja: o mais importante e bonito do mundo é isto, que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

As pessoas não são iguais, portanto o aprendizado também não é igual. A aprendizagem situa-se em um processo de enriquecimento tanto para quem oferece quanto para quem recebe. Como observou Cury, 2003 p. 155,

Na escola dos meus sonhos cada criança é uma jóia única no teatro da existência, mais importante que todo dinheiro do mundo. Nela, os professores e os alunos escrevem uma belíssima história, são jardineiros que fazem da sala de aula um canteiro de sonhos.

No curso ministrado por Rejane Maia, ela conta sua experiência, que serve para nos fortalecer e impulsiona a não cruzar os braços diante dos desafios que a vida oferece. Maia (2004) relata:

O convívio diário como professora, com alunos com necessidades especiais, iniciado há vinte e cinco anos e a atuação, desde 1982, como orientadora de professores de Educação Especial, impulsionou-me a uma reflexão cotidiana e sistemática da prática educativa pautada no respeito à diversidade e orientada no sentido de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, independentemente da natureza e complexidade de suas dificuldades.

Com base no que diz Maia e buscando indagações para aquele dilema, descobri que mais de 500 alunos do processo histórico da organização do espaço brasileiro transformaram o país em um centro de crises e desigualdades sociais.

Como observam Meneses *et alii* (1998, p.201),

A marginalização e a exclusão social são frutos do “modelo” de desenvolvimento adotado e só haverá

integração econômica e social de toda a população se a justiça, a liberdade e a solidariedade forem adotadas como princípios e valores de uma nova ordem.

A escola, criada para atender às necessidades de todos, exclui aqueles que muitas vezes já são excluídos até da família e da sociedade elitizada.

Na sala de aula, com dois alunos especiais (um com 10 anos e mentalidade de uma criança de 5 a 6 anos), mais fisicamente normal, aprendi a aprender com ele. Levava seus cadernos para casa e passava horas olhando sem saber o que fazer, até que comecei a agir de acordo com a idade cronológica apresentada. As atividades eram propícias para jardim I ou II, e o método deu certo. Não foi fácil; hoje ele tem 13 anos, e já está cursando o 6º ano.

Ainda segundo Maia (2004), não podemos tratar igualmente os “diferentes”: temos, sim, de utilizar instrumentos e adaptações quando necessário.

A outra aluna tinha deficiência física, mal andava e as mãos eram torcidas como se estivessem quebradas; falava pouco, foi meu maior desafio. Ela tinha também problemas cardíaco e respiratório, e a maior dificuldade que enfrentei foi fazer com que pegasse no lápis para escrever.

Meu pensamento era que ela tinha de ser alfabetizada, saber ler e escrever; com o passar dos meses vi que ela tinha outras necessidades, como falar. Ela precisava conversar, então mudei mais uma vez a metodologia que vinha aplicando e passei a ouvir suas histórias. Falava principalmente de seu cachorrinho (às vezes eu só entendia uma parte dessa narrativa).

A partir dessas histórias, comecei a lhe ensinar sobre cores, palavras e letras. Foi uma vitória quando um dia perguntei: “Você quer pintar hoje?” Ela olhou bem para mim e disse: “Quero o lápis amarelo!” Quase chorei, ela tinha dificuldades de codificar cores e objetos, e naquele momento ela mostrou-me que vale a pena tentar, que vale a pena ser professora. Uma passagem do livro de Augusto Cury, *Filhos brilhantes, alunos fascinantes*, expressa a minha satisfação daquele momento:

“Somos professores? Muito mais!”

A função do professor exige formação de caráter permanente, reflexão da sua prática pedagógica e uma abertura para a renovação de idéias.

No Brasil, temos 27 milhões de brasileiros portadores de deficiência, e só 14% deles estão incluídos no mercado de trabalho e menos ainda em salas de aula.

Devemos nos unir, independentemente de sermos educadores de escola particular ou pública, nossa luta é pela igualdade, direito de educação para todos. Não devemos parar de sonhar, porque os sonhos acontecem, mesmo os mais distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo é chamar atenção para uma realidade que se faz presente em nosso país. A inclusão é direito de todos, e fazemos parte da transformação da educação do país. Somos responsáveis pelos nossos atos e só teremos êxito na inclusão se começarmos a partir de cada um.

A literatura brasileira já vem avançando em sua forma de conscientizar os leitores. Lembram-se do patinho feio, excluído de sua família? Muitos escritores, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Ziraldo e outros, nos sensibilizam, nos fazendo refletir. Uma passagem da história *O patinho feio*, de Andersen (1995), descreve:

Seria muito triste se fôssemos contar todos os sofrimentos, toda a infelicidade que ele foi obrigado a enfrentar naquele inverno tão frio. Mas, um dia, o patinho estava deitado no pântano, no meio dos juncos, quando os raios do sol começaram a brilhar e as cotovias a cantar. Havia chegado a primavera.

Para o patinho feio, havia chegado a hora de tornar-se um belo cisne, mas na realidade a vida não é um conto, no qual tudo acaba bem. Tudo depende de nossos atos e disponibilidade na busca de contribuir para o bem do outro e do nosso próprio bem. Com a minha aluna especial, passei um ano, período em que aprendi muito. Ela adoeceu, e fui ao hospital visitá-la, achando que não se lembraria mais de mim.

Quando a vi, ela gritou: “É minha professora”.

Chorei de emoção! Ela começou a contar a história do cachorrinho, ouvi tudo atentamente. Dois dias depois, ela faleceu com insuficiência respiratória, aos 15 anos de idade.

Valeu a pena ter me dedicado a alguém especial, que deixou boas recordações e mostrou-me que somos capazes, quando nos dispomos.

A inclusão é uma trajetória difícil, mas os avanços que obtemos, inclusive comparando e compartilhando experiências, anima-nos a continuar acreditando, lutando, ousando e contribuindo para que a inclusão seja de fato direito de todos.

Finalizo, acreditando no potencial de cada educador e acrescentando que essa luta ainda não chegou ao fim, mas creio na transformação da educação e na dignidade de uma classe que luta por direitos iguais, porque, para a maior força do universo “Deus”, somos todos iguais.

Cumprir meu papel de educador quando recebi dois alunos especiais e não cruzei os braços, e, se todos agissem dessa forma, teríamos um país mais justo, igualitário e professores prontos a refletir sobre sua ação pedagógica, como afirma Warschauer (1993, p.35):

O professor toma consciência das relações entre o que pensa e o que faz, entre suas intenções e realizações, aproximando teoria e prática pedagógica. É um movimento dialético, pois toma a prática pedagógica mais lúcida, coerente e justa. (...) possibilita ao professor articular os objetivos mais gerais da educação escolar e a realidade concreta de seus alunos.

De repente, na família de uma pata nasce um patinho feio, excluído pela família. Tornou-se um cisne.

Em Belém, em uma manjedoura nasce uma criança. Excluída da sociedade, tornou-se o rei de uma nação, Jesus.

Não devemos excluir ninguém, porque estamos indo de encontro à lei 9.395/96, e ela garante “inclusão: para todos”.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Hans Christian. *Histórias maravilhosas de Andersen*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1995.
- AMIRALIAN, Maria L. T. et al. Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 1, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [S.l.: s.n., s.d.].
- _____. Decreto nº 6.215 de 26 de setembro de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 2007. Seção 1.
- _____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, de 20 de dezembro de 1999*. Brasília, [s.d.].
- CONSTRUIR NOTÍCIAS, ano 5, n. 29, p. 42, jul./ ago. 2006.
- _____, ano 5, n. 31, p.40-42, nov./ dez. 2006.
- CORREIA, Luís de Miranda. Educação inclusiva ou educação apropriada?. In: RODRIGUES, David (Org.). *Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001.
- CURY, Augusto. *Filhos brilhantes, alunos fascinantes*. Rio de Janeiro: Academia de Inteligência, 2006.
- _____. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DALMÁS, A. *Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1993.
- MAIA, Rejane. *Pedagogia inclusiva: contribuições à uma nova prática em sala de aula*. [S.l.: s.n., s.d.]. Curso: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola- João Pessoa-Maio/ 2004.
- MENESES, J. G de C. et al. *Estrutura e funcionamento da básica: leituras educação*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ROSA, Guimarães João. *Grande sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.
- WARSCHAUER. *A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimentos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.